

A escola como palco das diferenças: juventudes no ensino médio, identidades, marcadores sociais e a música

Comunicação

GTE 11 – Ensino de Música nas Escolas de Educação Básica

Amós Oliveira
Instituto Federal Baiano
amos.oliveira@live.com

Resumo: Este trabalho busca discutir como a música, em diálogo com os marcadores sociais da diferença, contribui para a formação das identidades juvenis no contexto do ensino médio. Ancorado em referenciais da antropologia social, sociologia da educação, estudos culturais e abordagens interseccionais, o texto discute a escola como território simbólico de disputas, onde a música opera como linguagem de pertencimento, formação de coletividades, invenção de si e de identidades juvenis. A partir de uma pesquisa de doutorado em andamento, defende-se a formulação do conceito de educação musical para as diferenças, voltada à escuta ampliada e ao reconhecimento das expressões juvenis em sua pluralidade.

Palavras-chave: educação musical no ensino médio; juventudes; identidades; marcadores sociais da diferença.

Introdução

A escola é um espaço de aprendizado e convivência, mas também de disputas e possibilidades. No cotidiano escolar, especialmente no ensino médio, as juventudes transitam entre os currículos instituídos, os saberes que trazem consigo e as práticas culturais que constroem coletivamente (Arroyo, 2014). Nesse contexto, a música emerge como uma prática aglutinadora e potente, articulada aos processos de construção de identidades juvenis. Ela atravessa o corpo, o território e o tempo desses sujeitos, marcados por uma multiplicidade de diferenças: gênero, raça, classe, sexualidade, geração, deficiências, religiosidade, territorialidade, entre tantos outros marcadores que os constituem.

Este ensaio teórico propõe uma reflexão crítica sobre o trinômio juventudes, música e ensino médio, com ênfase nos processos dinâmicos de formação de identidades, atravessados pelos marcadores sociais da diferença. A discussão se ancora em referenciais que compreendem a identidade como construção simbólica e relacional (Hall, 2014; Woodward, 2014; Silva, 2014), bem como em estudos que abordam a constituição das diferenças sociais como efeitos de sistemas classificatórios, hierarquizantes e excludentes (Zamboni, 2014; Sales, 2019; Hirano, 2019; Almeida et al., 2018). Assume-se aqui a escola como um território de disputas simbólicas e negociações de sentido, no qual práticas culturais, como a música, funcionam também como atos de presença, invenção de si e construção de pertencimento.

Esta reflexão emerge de uma pesquisa de doutorado em andamento, desenvolvida no contexto da Rede Federal de Educação (RFEPCT), e busca contribuir com o campo da educação musical por meio da formulação do conceito de educação musical para as diferenças. Trata-se de uma provocação teórica que tensiona abordagens curriculares normativas e propõe uma escuta ampliada das juventudes, de suas subjetividades, coletividades e modos plurais de existir. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir como a música, em diálogo com os marcadores sociais da diferença, contribui para a formação das identidades juvenis no contexto do ensino médio.

Identidades e Processos de Identificação

A identidade é um conceito central nas ciências sociais e na psicologia, sendo, por vezes, tratado como obviedade, mas traz consigo reflexões complexas. Conforme aponta Menezes (2014), a identidade é um processo que produz pertencimento, diferença, símbolos e fronteiras. Possuindo uma dimensão tanto simbólica como social, a construção de signos nos sujeitos e nas suas coletividades são capazes de configurar e reconfigurar práticas sociais existentes. Woodward (2014) aponta que a construção da identidade também constrói diferenças. Assim, identidades e diferenças não são polos opostos, mas se retroalimentam na medida em que é preciso se distinguir do outro (ou outros) para ampliar a compreensão de si e de seus pares.

Silva (2014) aprofunda este debate ao trazer que, em uma primeira aproximação, a identidade parece ser fácil de compreender por seu caráter positivo (aquilo que sou). Logo, a

identidade seria *a priori* uma afirmação. Entretanto, o autor coloca que esta mesma afirmação é parte de uma cadeia extensa e infinita de negações (aquilo que não sou). Portanto, a diferença é um produto da própria identidade.

A identidade possui tanto representação simbólica como social. Os signos produzidos dão significado àquilo que somos, à experiência de cada sujeito e suas coletividades em constante movimento. A diferenciação do outro (nós e eles) é carregada de símbolos que são compartilhados e negociados em determinado meio, além de possuir poder de classificação de quem está dentro ou fora, quem está incluído ou excluído socialmente.

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído (Woodward, 2014, p. 14).

Silva (2014) aborda que a identidade, quando posta em conflito com o outro, não apenas produz diferenças, mas também classificações e, conseqüentemente relações de poder. Se há poder, há, então, a presença da política. O autor propõe:

A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (Silva, 2014, p. 96).

Esses sistemas de representação produzem efeitos normativos: algumas identidades passam a ser naturalizadas como “universais” ou “neutras”, enquanto outras são marginalizadas ou subalternizadas, privilegiando um sistema de hierarquias de identidades. Esta identidade “normal” pode possuir tamanha força a ponto de não ser considerada apenas como mais uma, mas simplesmente como *a identidade* (*ibid.*). Esta normalização possui grande apelo de representação social e influi nos processos de identificação do sujeito. É nesse ponto que a discussão sobre identidades se articula aos marcadores sociais da diferença, categorias como gênero, raça, classe, sexualidade e território operam como dispositivos de visibilidade ou apagamento simbólico, como veremos mais adiante.

Assim como a identidade, os processos de identificação são bastante dinâmicos, também envolvendo a construção de símbolos e de representação social. Woodward (2014) diz que este assunto surge do interesse da psicanálise, especialmente sobre o indivíduo em sua fase edipiana. Beividas e Ravello (2006) apontam que Freud assumiu grande dificuldade para elaborar melhor os processos de identificação. Entretanto, afirmam que as reflexões do psicanalista consideram a identificação como um mecanismo privilegiado de processos psíquicos.

Partindo de um ponto de vista comum, a identificação e seus processos podem ser percebidos como um reconhecimento no outro de algum interesse que também está em si mesmo, ou de características compartilhadas em coletividade. Apesar disso, no âmbito das ciências sociais, Hall (2014) fala que o conceito de identificação e seus processos é um dos menos bem desenvolvidos dentro da teoria social e cultural.

Menezes (2014, p. 69) aponta que "o processo de identificação, definindo fronteiras internas e externas, individuais e coletivas, é marcado por um contexto relacional e dialógico". Portanto, é importante compreender a identificação num estado de processo inacabado, podendo ser constantemente reconfigurado a partir de discursos, símbolos e práticas sociais. Hall (2014, p. 106) afirma que

a identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação [...]. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao jogo da diferença. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da diferença, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas [...]. Para consolidar seu processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui.

Assim, a identificação não é um ato único, mas, sim, um processo contínuo. Identificações podem ser enfraquecidas, fortalecidas ou até mesmo mudadas, em resposta a um conjunto de fatores pessoais, sociais e culturais. A identificação, possui um movimento que demanda o sujeito além de si mesmo (o outro) e estabelece fronteiras a partir de diferenças.

Estas diferenças podem ser compreendidas também como marcadores sociais compartilhados entre diversos sujeitos, que os entrelaçam em processos identificatórios. Quero dizer que, a identificação é moldada por diversos fatores, como gênero, raça, classe social, etnia, nacionalidade, religião, condição sexual, territorialidade, geração, entre outros.

Esses fatores interagem entre si de maneira interseccional e influenciam na forma como os indivíduos se aproximam e se distanciam, além de como são percebidos pelos outros.

Marcadores Sociais da Diferença

O conceito de marcadores sociais da diferença surge de debates na sociologia e na antropologia que buscam compreender como certas categorias, como gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras, produzem efeitos concretos nas experiências sociais dos sujeitos. Hirano (2019) aponta que a noção de marcador está diretamente ligada ao surgimento das discussões interseccionais, especialmente no feminismo negro, que problematiza as diversas formas de opressão e descortina as maneiras como estas operam de forma articulada.

Esses marcadores funcionam como sistemas de classificação social que identificam sujeitos a partir de atributos historicamente construídos e politicamente carregados. Zamboni (2014, p. 13) define os marcadores como "sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais". Essas classificações não são neutras: elas carregam relações de poder que hierarquizam, excluem e silenciam sujeitos nas dinâmicas sociais.

Partindo desta conceituação, no Brasil, historicamente esta tese vem sendo desenvolvida por grupos de pesquisa, a exemplo do Núcleo de Estudos de Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS/USP) e por Programas de Pós-Graduação ao redor do país. A compreensão é de que os sujeitos e suas coletividades são atravessados por signos e experiências sociais que os tornam diferentes de outros. Assim chamado de marcadores, estas categorias possuem história e características, condicionando os sujeitos a determinadas posições sociais.

"Marcadores sociais da diferença" foi uma maneira de designar como diferenças são socialmente instituídas e podem conter implicações em termos de hierarquia, assimetria, discriminação e desigualdade. É nesse sentido que entendemos a problemática [...] não como atributo inerente a humanos e não-humanos, mas como efeito da operação de complexos sistemas de conhecimento de relações sociais (Almeida *et al.*, 2018, p. 19).

Sendo um elemento presente na teia das relações sociais, este termo ressalta a importância de compreender a diversidade e as características presentes nos sujeitos e nas suas coletividades, o que nos possibilita tecer caminhos para analisar a construção de

identidades e práticas sociais. Ao perceber quais são estes marcadores presentes nas relações, é possível identificar também as estruturas hierárquicas e de representação que estão em constante tensão e disputa na sociedade.

Apesar desse debate ter surgido fortemente nos estudos interseccionais de gênero, raça e classe (Hirano, 2019), os marcadores sociais da diferença não são fechados somente a estes atravessamentos. Zamboni (2014, p. 17) aponta que “não existe uma lista fechada e definitiva dizendo quais são os marcadores sociais da diferença”. Portanto, ressaltamos que gênero, raça, classe, condição sexual, geração, religião, aproximações e distanciamentos políticos, nacionalidade, territorialidade são um importante conjunto de signos cadenciados que atravessam o sujeito, construindo suas identidades, experiências e determinando socialmente o seu lugar no mundo. Estas percepções sobre as marcas que nos atravessam enquanto sujeitos sociais também são muito importantes para que possamos compreender as juventudes, seus espaços, suas culturas e suas relações com a música.

Compreender os marcadores como dispositivos relacionais e contextuais nos permite entender as juventudes não como uma categoria homogênea, mas como sujeitos atravessados por múltiplas diferenças que se combinam de formas singulares. Logo, se não há apenas uma maneira de ser juventude, não existe somente uma juventude mas, sim, *várias juventudes*. Esses atravessamentos plurais influenciam tanto a forma como os jovens se percebem quanto a maneira como são percebidos pela escola, pela sociedade e por seus próprios pares.

Juventudes no Ensino Médio e a Música

As juventudes são diversas e atravessadas por diferentes formas de viver, sentir e se posicionar no mundo. Longe de constituírem uma categoria homogênea, elas se conformam a partir de diversos marcadores sociais, como já apontado, que operam de forma interseccional na construção de suas identidades e coletividades. Essa diversidade se expressa em práticas culturais específicas, que articulam símbolos, linguagens, comportamentos e modos de existir e se relacionar.

No campo das ciências sociais, especialmente nos estudos das juventudes, essa diversidade tem sido entendida como elemento formador de culturas juvenis. Estes agrupamentos culturais emergem de experiências e maneiras de estar no mundo que são

compartilhadas e que também produzem pertencimento. Segundo Dayrell e Carrano (2014), essas culturas são mediadas por linguagens expressivas como a dança, o corpo, o audiovisual, a moda e, de forma particularmente intensa, a música. Essas manifestações culturais não apenas representam os jovens, mas também os constituem como sujeitos históricos, políticos e simbólicos. Nesse sentido, Martins e Carrano (2011) afirmam que

a música – elemento importante da cultura juvenil – apresenta-se, assim, como aglutinadora de sociabilidades e, por isso, permitiria aos jovens a possibilidade de participação e atuação efetiva nas questões relacionadas com a sua comunidade e como interlocutora com determinados setores da sociedade civil. (Martins; Carrano, 2011, p. 45)

A música, nesse cenário, assume papel central. Ela não é apenas trilha sonora das juventudes, mas uma linguagem de aglutinação, de construção de identidades e de demarcação de territórios simbólicos. Por meio dela os jovens expressam afetos, a utilizam como ferramenta de enfrentamento de conflitos, forjam pertencimentos e resistem a normas instituídas por figuras que representam autoridade.

O ensino médio, por sua vez, configura-se como uma etapa escolar marcada por transformações identitárias, tensionamentos subjetivos e projeções de futuro. Martins e Carrano (*ibid.*) também destacam que essa etapa é atravessada por projetos de vida em elaboração e por disputas entre formas institucionais de controle e as expressões culturais juvenis. Nesse espaço, a escola pode funcionar tanto como lugar de reconhecimento e escuta quanto como instância de silenciamento e padronização de sujeitos.

Quando a escola ignora ou neutraliza os marcadores sociais da diferença, ela tende a impor uma ideia homogênea de juventude e de cultura escolar. Essa homogeneização exclui experiências subjetivas e reduz a potência das expressões culturais que não cabem num projeto institucional na qual estas juventudes não se reconhecem. Como afirma Sales (2019):

Portanto, ao invisibilizar as problematizações sobre os marcadores sociais da diferença, a escola utiliza-se de uma pedagogia sutil que celebra a identidade ao mesmo tempo em que reproduz as hierarquias que a transformam num espaço hostil às manifestações de diferença (Sales, 2019, p. 32).

Nesse contexto, a música pode ser mobilizada como uma via de expressão e escuta das juventudes. Mais do que trabalhar gêneros musicais em aula, trata-se de compreender as

experiências musicais dos jovens como territórios pedagógicos onde se constroem narrativas de si, se compartilham sentidos e se elaboram os atravessamentos dos marcadores sociais que os diferem uns dos outros. A educação musical, assim, precisa reconhecer que as práticas musicais juvenis não são apenas reflexos culturais, mas produções simbólicas que possuem importante posição na vida desses sujeitos.

Em Busca de uma Educação Musical para as Diferenças

No ambiente escolar, esses marcadores não podem se limitar à compreensão de tê-los apenas como categorias sociais: eles operam no cotidiano, organizam práticas pedagógicas, subjetividades, coletividades e dinâmicas curriculares. Quando a escola silencia ou deslegitima essas diferenças em nome de uma suposta neutralidade, reproduz desigualdades históricas e impede que estes sujeitos possuam suas identidades diversas reconhecidas.

Considerar os processos de identidade e identificação sob essa ótica é fundamental para compreender as juventudes no contexto do ensino médio. Seus marcadores sociais, experiências, suas práticas culturais e suas formas de expressão, especialmente através da música, estão atravessadas por disputas simbólicas, tensões identitárias e processos de reconhecimento, inclusão e exclusão. A identidade juvenil, nesse sentido, é um campo de negociação entre o que se é, o que se deseja ser e o que se é permitido ser.

Assim, trazer a construção das identidades e os marcadores sociais da diferença para o centro da reflexão sobre juventudes e música é um movimento que busca enfrentar silenciamentos, exclusões e opressões naturalizados no cotidiano escolar, especialmente no ensino médio. Eles são fundamentais para refletir sobre uma educação comprometida com a escuta, o reconhecimento e a valorização das experiências que atravessam estes sujeitos, considerando também seus saberes, símbolos, expressões e como se posicionam no mundo. Sobre a ação pedagógica da escola e do/da professor/a, Miguel Arroyo afirma:

Somos profissionais da garantia de seu direito ao conhecimento, à pluralidade de conhecimentos, e o primeiro direito ao conhecimento de todo ser humano é a se conhecer, a se saber no mundo, na história, nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. O direito a se entender nas relações de classe nos padrões de poder, de trabalho [...]. (Arroyo, 2014, p. 161).

Nesse sentido, a educação musical precisa ser, também, uma educação para as diferenças. Que compreenda o mundo dentro e fora do próprio sujeito. Diferença esta que abraça as diversas representações sociais e simbólicas desses jovens, compreenda seus processos de identidade e traga à mesa seus marcadores sociais não como pano de fundo, mas, de fato, como *marcas* que protagonizam as suas experiências como sujeitos.

Portanto, discutir juventudes no ensino médio e suas relações com a música exige uma perspectiva atenta às possíveis intersecções que os atravessam. A música na escola precisa ser pensada como experiência ativa em suas vidas, na formação de identidades e seus processos de identificação. É nesse ponto que se torna urgente formular uma *educação musical para as diferenças*: que escute as juventudes em sua pluralidade, acolha suas expressões e enfrente as assimetrias que as atravessam como instrumento de combate a opressões e de construção de identidades positivas sobre si e sobre o outro.

Referências

ALMEIDA, Heloisa et al. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo et al. *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Editora Gramma, 2018.

ARROYO, Miguel. Os jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla (orgs.). *Juventudes e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BEIVIDAS, Waldir; RAVANELLO, Tiago. Identidade e identificação: entre semiótica e psicanálise. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 129–144, 2006.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (orgs.). *Juventude e ensino médio*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

HIRANO, Luis. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, Luis; ACUÑA, M.; MACHADO, B. *Marcadores Sociais das Diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. *Educação*, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43–56, 2011.

MENEZES, Vitor. Identidade e processos de identificação: um apanhado teórico. *Revista Intratextos*, v. 6, n. 1, p. 68–81, 2014.

SALES, Romualdo. *A diferença vai à escola: problematizando as articulações discursivas e epistemológicas sobre os marcadores sociais da diferença no espaço educacional*. 88 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

TOMAZETTI, Elisete; SCHLICKMANN, Vitor. Escola, ensino médio e juventude: a massificação de um sistema e a busca de sentido. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 331–342, abr./jun. 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores sociais da diferença. *Sociologia: grandes temas do conhecimento*, São Paulo, v. 1, ago., p. 14–18, 2014, Especial Desigualdades. Disponível em: https://assets-dossies-ipgv2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/2/2018/02/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.